



A performance do conhecimento local: o caso do viveirismo de bivalves na Ria Formosa

Gonçalo Praça*

1.

Esta é uma reflexão etnográfica provisória. Trata de um “conhecimento local” relacionado com a apanha e cultivo organizado de bivalves, ou marisqueio e viveirismo, actividades tradicionalmente praticadas na zona da Ria Formosa, no sotavento algarvio. Sugiro aqui que este “conhecimento local” é um efeito sócio-técnico: algo que é e tem que ser *performedo* pelo alinhamento de diversos instrumentos e tecnologias, capacidades cognitivas, processos políticos e discursos culturais.

* Doutorando em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
Trabalho financiado por bolsa de doutoramento da FCT.
Versão preliminar: por favor, não citar sem o meu consentimento.
Contacto: gop@oninetspeed.pt

Mais de 20 anos dos chamados Estudos da Ciência e Tecnologia têm mostrado que todo o conhecimento é feito localmente. A ciência, por exemplo, foi amplamente descrita como uma actividade localizada em circunstâncias materiais específicas, comunidade de prática, redes informais, procedimentos tácitos, etc.¹ Esta descrição, porém, não nos tem impedido de distinguir um tipo de saber que reclama para si próprio uma validade global, de outros que ficam de alguma forma amarrados a corpos de conhecimento, capacidades, instrumentos e técnicas definidas localmente. Acreditamos ainda que certos conhecimentos *ficam*, por si mesmo, locais.

Neste trabalho, assumo outro ponto de vista. Parto do princípio de que o “conhecimento local” não é uma categoria residual; não é, por exemplo, o que fica depois do conhecimento científico ser “desconstruído”, ou o que existe antes da ciência fazer o seu trabalho. Presumo que também o “conhecimento local” é uma construção sócio-técnica. E por isso pergunto: como é que alguns conhecimentos *ficam* locais? O que os estabiliza enquanto tal? De que modo são alguns espaços de conhecimento criados, performados como locais?

Examinamos aqui três modos da performance de um conhecimento local. Não penso que estes sejam os únicos, não sei sequer se são os principais. São os que consigo destacar, a partir de uma experiência etnográfica ainda em curso. Contextualizando: a Ria Formosa é uma área lagunar – um complexo sistema de canais de água marítima, sapais, ilhéus e bancos de areia separados do oceano por uma barreira de ilhas e penínsulas arenosas. A maior laguna de Portugal estende-se por 60 km da costa do Algarve, percorrendo os concelhos de Loulé, Faro, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António. Graças a características hidrológicas, geológicas e ecológicas invulgares, a Ria Formosa tem servido de abrigo para uma variedade de actividades humanas – extracção de sal, pesca e piscicultura e, principalmente, recolha e criação de moluscos bivalves: conculha, berbigão, lingueirão, certos tipos de amêijoia e ostra, são os nomes comuns das principais espécies. Estima-se que o marisqueio e viveirismo praticados na Ria Formosa

¹ Para um apanhado recente destas questões, cf. Turnbull, D. (2000) *Masons, Tricksters and Cartographers: Comparative Studies in the Sociology of Scientific and Indigenous Knowledge*, Harwood Academic Publishers.

produzam cerca de 90% da oferta nacional de espécies de alto valor comercial. Os números são fluídos: cerca de 10000 indivíduos directa ou indirectamente envolvidos nestas actividades colocam no mercado, por exemplo, qualquer coisa como 8 mil – ou 80 mil – toneladas de amêijoa-boia, cujo preço nos circuitos comerciais da região pode variar entre 6, 7, 8 euros ou 15, 16, 18 euros o quilo, conforme a época do ano, as dimensões dos animais e correlativo fim a que se destinam, outros factores contingentes. É neste meio, e entre estas práticas que identifico então três modos de performance de um conhecimento local.

- O primeiro é o da criação de uma geografia específica, mais ou menos coordenada pelas diversas autoridades que governam o território onde se exerce o marisqueio e o viveirismo. Esta criação passa, por exemplo, pela aplicação de disposições burocráticas e legislativas sobre a organização do espaço e das diversas entidades que o habitam; passa, igualmente, de forma a aplicar ou forçar essas disposições, por intervenções materiais, ordenações paisagísticas ou políticas de financiamentos.
- O segundo modo de performance corresponde a tentativas de criação de espaços de conhecimento protagonizados por leigos, através da dinamização de pequenas controvérsias técnico-científicas. Respeita a processos “híbridos”, que envolvem a ligação da produção de conhecimento a problemas, programas de investigação e soluções técnicas definidos e escolhidos *muito* localmente.
- O terceiro modo tem a ver com a demarcação retórica do conhecimento “local” em relação à peritagem científica e tecnológica. Tem a ver com o envolvimento narrativo e o traçado de fronteiras culturais que sustentam a legitimação dos conhecimentos locais; e assenta na afirmação pública e mediática da autoridade cognitiva da “experiência”.

2. Criação de uma geografia heterogénea

A Ria Formosa, além de ser um sistema lagunar onde vivem bivalves e pessoas que os cultivam, é desde finais dos anos de 1970 uma área natural protegida – é,

actualmente, o Parque Natural da Ria Formosa. No contexto nacional e europeu, este estatuto traduz preocupações governativas declaradas: “ordenar” um território, “proteger” uma paisagem, “promovendo” simultaneamente um tipo específico de população humana e de actividades “rurais” ou “tradicionais”. Assim, na Ria Formosa, a noção de conhecimento “local” relaciona-se com uma forma de imaginação cultural comum nos processos de instalação e gestão de áreas naturais protegidas. Como é frequentemente o caso, esta noção é emparelhada com ideais de conservação da natureza, sustentabilidade e participação da “comunidade”.²

Mas o “conhecimento local” não é simplesmente um ideal de gestão. O Parque Natural da Ria Formosa – PNRF, órgão dependente do Instituto de Conservação da Natureza, normalmente dependente do Ministério do Ambiente, ou equivalente – que governa a Ria, estabiliza activamente algumas das características locais das suas populações e práticas, através de dispositivos burocráticos, intervenções materiais e de arquitectura paisagística, políticas de financiamento. As autoridades do Parque, por exemplo, são responsáveis pela política de “zonamento”, pela distribuição, autorização ou interdição de actividades específicas em zonas definidas do território. São também responsáveis pela regulamentação e fiscalização do formato dessas actividades. E, em parte, pela regulamentação das relações quotidianas das populações residentes.

As autoridades do Parque modelam profundamente o espaço onde o “conhecimento local” emerge. Consideremos o caso do viveirismo. Nos nossos dias, na Ria Formosa, um viveiro é uma parcela de terreno – chama-se habitualmente “terreno”, ainda que permaneça debaixo de água a maior parte do tempo – identificado em bases de dados digitais, rigorosamente cartografado por GPS. Um viveiro é um objecto residente em alguns computadores na sede do PNRF. É também mais do que isto. O Parque detém a autoridade legal para distribuir estas parcelas, através de “concessões do domínio público”, estipulando e vigiando as suas localizações, dimensões, topografia, composição física, bem

² Mais sobre isto em Ramos, M. J.; Medeiros, A.; Sena, P. e Praça, G. (2003) “Managing Natural Resources in Eastern Algarve, Portugal: An Assessment of the Policy Uses of Local Knowledge(s)”, in Paul Sillitoe e Alan Bicker (orgs.) *Negotiating Local Knowledge: Power and Identity in Development*, Pluto Press.

como as actividades que os viveiristas devem cumprir para manter estas características. Os regulamentos do PNRF preconizam a colocação de marcos padronizados nas fronteiras de cada parcela, legislam sobre a aplicação de areia e gravilha nos terrenos – tarefa que os viveiristas reputam da maior importância – e a disposição e arrumação de detritos provenientes da limpeza regular dos viveiros. O Parque define os tipos de instrumentos e objectos que podem ser usados nestas actividades, interditando materiais que considera “artificiais” ou “exógenos”, como plásticos, aparelhos mecânicos, areia ou gravilha importadas de fora do sistema lagunar. Proíbe a utilização da generalidade de artes de pesca e mariscagem no interior da Ria, formalizando nalguns casos aquilo a que por vezes os viveiristas aludem como norma conservacionista “tradicional”, “uma combinação que tínhamos entre nós para não dar cabo da nossa ria”.

Omitirei aqui o extenso trabalho administrativo de outros organismos – câmaras municipais, autoridades portuárias, direcções regionais das pescas e aquacultura e do ambiente e ordenamento do território, institutos públicos de investigação aplicada – que concorre para limitar por via legal a prática das actividades locais ligadas ao viveirismo. Aludirei, em vez, a um exemplo actual onde alguns destes organismos se reúnem para tentar dar uma forma positiva a estas limitações.

No início de 2003, um município da região dinamizou, com ampla cobertura publicitária e mediática, um projecto intitulado “Animação local para o desenvolvimento e criação de emprego na Ria Formosa”. O projecto, financiado por uma iniciativa comunitária, envolve uma variedade de actores: autoridades municipais e a administração do Parque, representadas por biólogos, engenheiros ambientais e técnicos administrativos; uma associação de intervenção social da ilha barreira com maior população de profissionais “marítimos”; produtores “tradicionalistas” de sal; uma cooperativa de viveiristas, frequentemente considerada como a “mais representativa” do sector.

O principal objectivo deste programa é a formação de “jovens”, “desempregados” e “mulheres” na “tradição secular” da produção de bivalves em viveiros. O objectivo é inédito, pois a produção e colheita de marisco nesta zona são actividades... “tradicionalistas”: aprendidas entre pais e filhos ou entre familiares, a

partir de criança, em contextos lúdicos, ou a partir da adolescência, em contextos tipo aprendizado. Já esta formação, entretanto concluída, combinou aulas clássicas – lições básicas de biologia de moluscos, ecologia marinha, saúde pública e marketing, dadas por especialistas das respectivas áreas – com um período de aprendizagem “prática” em viveiros reais, acompanhados por viveiristas profissionais.

Outro desenvolvimento do programa que está a ser estudado e apresentado à “comunidade” é a criação de circuitos da chamada “pesca-turismo”. Trata-se de promover a prática de turismo em contextos de trabalho “reais”: os passeantes poderão acompanhar pescadores, mariscadores e viveiristas no curso do trabalho normal, e mesmo ao interior das suas casas. Os marítimos que aceitem participar nesta actividade comprometem-se a seguir “boas práticas ambientais”, podendo pedir financiamentos para adquirirem equipamento que responda a estas indicações. As “boas práticas” serão definidas também pelos participantes do programa. (Na expressão de um dirigente associativo, tentando interessar um pescador e viveirista profissional: “Pá, eles o que querem é que não se veja... que um turista nunca veja um raque-raque [arte de captura de bivalves tradicional, mas ilegal, tida como muito predatória]”). Outro dos seus principais objectivos será justamente conceber um manual de boas práticas para o viveirismo – em termos simples, um manual sobre como ser viveirista “respeitando” o ambiente: sem usar raque-raques, sem dispor materiais exógenos nos viveiros, etc.

Os participantes estabelecerão ainda os termos para criar uma “marca certificada” Parque Natural da Ria Formosa”. Esta marca, que ficará sob supervisão das autoridades do Parque, aplicar-se-á a produtos comerciais – nomeadamente, moluscos bivalves –, e funcionará como confirmação legal da “autenticidade” local destes produtos. A marca garantirá que foram feitos com um mínimo específico – ouvi técnicos do PNRF falar num “mínimo de 75-80 por cento”, seja lá o que isto quer dizer – de materiais, técnicas e conhecimentos locais.

3. Ciência ao ar livre

Os viveiristas da Ria Formosa são notoriamente críticos em relação à gestão científica e técnica deste território (incluindo a todas as intervenções que acima mencionei). A sua posição crítica articula-se, genericamente, publicamente, em torno da noção de “experiência” – ou seja, a fundamentação prática do conhecimento “local” e “tradicional” que os viveiristas e mariscadores explicitamente contrapõem ao conhecimento científico. Retomarei este tópico na secção seguinte. Mas ao mesmo tempo, viveiristas e mariscadores, individualmente ou através de associações profissionais, estabelecem eles próprios as suas redes tecnocientíficas. Eis algumas das formas deste processo:

- Mantém laços comerciais com laboratórios noutras zonas do país ou no estrangeiro, para comprar ovas de bivalves, ou efectuar análises químicas e biológicas de amostras de marisco, plantas, solo e água de sítios muito específicos;
- Organizam visitas de estudo a viveiros bem sucedidos no estrangeiro, em “zonas muito parecidas aqui com a Ria”; e mantém contactos com as respectivas associações locais, recolhendo informações sobre aspectos como métodos e estruturas sociais de organização do trabalho, gestão de recursos marinhos ou tecnologias de controle da poluição;
- Concebem e conduzem experiências como parte fundamental do trabalho quotidiano, para resolver problemas práticos, ou para criar e desenvolver estratégias comerciais;
- Participam activamente em encontros técnicos com especialistas académicos, governamentais e industriais, apresentando ou discutindo comunicações, programas de investigação e intervenções técnicas;
- Aproveitam ou, por vezes, fomentam o envolvimento de familiares mais jovens em carreiras académicas que possam ser relacionadas com a actividade: gestão, engenharia ambiental, biologia marítima; aproveitam, igualmente, laços históricos de amizade e vizinhança, para trocas de informações e pedidos

de esclarecimento, para fazer queixas ao pessoal técnico e administrativo das instituições governantes.

Para localizar um pouco estas afirmações, mencionarei sumariamente alguns projectos desenvolvidos por uma das principais associações de produtores de bivalves e pelo seu líder, ele próprio importante produtor. Há alguns anos, a associação em causa traçou um mapa completo e preciso da Ria Formosa, descrevendo a laguna e os canais, indicando a localização dos bancos de areia, as diferentes profundidades da água, etc. Não era um mapa vulgar – uma representação mais ou menos realista, mais ou menos simplificada de um espaço existente –, porque era também um mapa do que a Ria Formosa deveria ser, de como a Ria Formosa deveria ser melhorada. Para desenhar este mapa, a cooperativa recolheu histórias de vida, histórias de trabalho, de pescadores e mariscadores, deixando-os descrever as transformações temporais da Ria, tal como eles as tinham experimentado nos sítios concretos onde trabalhavam. Qual é a localização exacta *desta* barra? Como é que se moveu? Quando é que *este* canal começou a assorear? Onde estava *aquele* banco de areia? Para onde está a ir agora? A cooperativa traduziu graficamente esta descrição multi-vocal, multi-perspectivada e processual, e apresentou um mapa aos engenheiros do Parque Natural. Como uma espécie de guião para servir o planeamento de um desejado plano de dragagens e desassoreamento da Ria Formosa.

Os viveiros do Sr. P., líder desta associação, de dimensões consideráveis para a Ria Formosa, são, em muitos sentidos, sítios experimentais. O Sr. P. mantém um programa de pesquisas permanente e consistente. Por exemplo, tem tentado produzir espécies alternativas de alto valor comercial – uma variedade de ostras popular em França – e vai concebendo os dispositivos experimentais para avaliar estas espécies e a sua adaptação ao local. Neste esforço, o Sr. P. afirma trabalhar contra a maioria das autoridades técnicas e científicas que ou não vêm com bons olhos a introdução de novas espécies na Ria, ou garantem que é impossível criá-las neste meio, no tipo de águas e solos que caracterizam a Ria Formosa. Pode no

entanto dizer-se que o Sr. P. não quer saber da Ria em geral. Nas suas pesquisas, toma em consideração variáveis como as diferentes composições do terreno em áreas exactas do seu viveiro, incluindo as diferenças que são criadas no curso normal do ciclo produtivo, pelos trabalhadores humanos e pela actividade metabólica das espécies cultivadas; as espécies particulares de predadores que pululam nestes terrenos, incluindo os constantes ladrões; os padrões pormenorizados de circulação das águas e dos efluentes urbanos e industriais da região; etc. O Sr. P. avalia isto de pelo menos duas formas: ora como componente da actividade comercial que é a sua, pesando gastos e lucros, ganhos e perdas; ora através de dispositivos científicos clássicos – protocolos experimentais, registos escritos e gráficos, apresentações de Powerpoint –, que utiliza para confrontar os peritos do governo ou do PNRF.

Mais recentemente, esta associação, a par de outras semelhantes e do sindicato do sector, envolveu-se em diferentes experiências com cientistas académicos e governamentais para tentar estudar dois problemas que há muito fazem parte das agendas viveiristas, a saber, os efeitos ambientais das descargas das estações de tratamentos de esgotos, especificamente os efeitos na mortalidade dos bivalves produzidos em viveiro, e os efeitos ambientais da utilização da arte ilegal de que falei mais atrás. No primeiro caso, a associação trabalhou como espécie de procurador laboratorial no terreno: apontaram sítios que a experiência viveirista identifica como críticos a nível de mortalidade; forneceram indicações sobre a circulação das correntes lagunares; recolheram regularmente amostras de bivalves e terrenos contaminados. No segundo caso, desencadeado por um grupo *ad hoc* de viveiristas e mariscadores, a associação está a ser comentadora do estudo concluído por um instituto governamental de investigação aplicada – assumindo-se, neste papel, como voz contestatária da metodologia e das conclusões a que o estudo chegou. Vejamos algo da forma dessa contestação.

4. Fronteiras

A Ria Formosa é palco de variadas e recorrentes controvérsias técnicas. Que fazer das construções nas ilhas barreira? Como devem ser conduzidas as dragagens? Podem sequer ser levadas a cabo? Devem as dunas ser artificialmente alimentadas? E esporões, devem ser erguidos ou não? Pode-se pescar? O quê? Com que instrumentos? É necessário licenciar mais áreas de viveiros? Será prudente? Qual é a causa das mortandades das amêijoas? A poluição? Determinados protozoários? O uso de artes ilegais? Habitualmente, estas controvérsias envolvem especialistas da universidade da região e de organismos governamentais, técnicos do Parque, organizações ambientalistas, associações de pescadores, mariscadores e viveiristas, a imprensa regional e alguns políticos locais. Estas controvérsias são, em parte, resolvidas pela demarcação retórica de autoridade científica e técnica. Ou seja, implicam aquilo a que o sociólogo da ciência Thomas Gieryn chama “boundary work”: “the attribution of selected characteristics to the institution of science (i.e., to its practitioners, methods, stock of knowledge, values and work organisation) for purposes of constructing a social boundary that distinguishes some intellectual activity as non-science”.³ As explicações sobre o mundo natural não viajam “despidas” dos laboratórios para o público, afirma Gieryn. Vêm “embrulhadas” em representações sobre o que é a ciência, em narrativas altamente sugestivas que contam por que é a ciência uma forma tão legítima de conhecer a realidade.

Não cabe aqui dizer mais do que isto. De qualquer modo, pretendo antes falar de uma espécie de contra-trabalho de fronteira. Sugiro que um dos modos da performance do conhecimento local na Ria Formosa é a demarcação retórica da autoridade cognitiva da “experiência” e da identidade social dos seus praticantes. Este esforço retórico é visível em arenas públicas ou entre grupos de amigos e colegas, em comunicados das várias associações de profissionais marítimos, em manifestações, em trocas de correspondência institucional, na imprensa local, nas intervenções leigas em sessões científicas abertas à “comunidade”. Nestes contextos, os viveiristas e mariscadores da Ria Formosa não se limitam a falar –

³ Gieryn, T. (1995) “Boundaries of Science,” in Sheila Jasanoff et al., *Handbook of Science and Technology Studies*. Routledge, p.405

reclamam por maior participação, dizem porque é que devem ser ouvidos, explicam o facto de não o serem, criticam o tipo de conhecimento que ali é publicitado. Proponho que nestas intervenções leigas pode começar a ver-se o trabalho de fronteira que demarca o “conhecimento local”, justifica a sua autoridade cognitiva e afirma a integridade epistemológica-política dos seus praticantes. Ficam aqui apenas algumas das situações retóricas que tenho identificado:

- As diversas autoridades da região organizam regular ou pontualmente encontros com as “comunidades” profissionais interessadas, para anunciar estudos ou divulgar os seus resultados e consequências governativas. Estes encontros tendem a ter um padrão como o seguinte: cientistas e técnicos fazem as comunicações – e são sempre cientistas e técnicos que as fazem, embora os organizadores comecem habitualmente por salientar a importância do “diálogo” e da “aprendizagem mútua” entre técnicos e populações. A assistência – ou, normalmente, certas figuras, “os mesmos de sempre” – intervém, lança questões. As questões do “público” tendem a ser não tanto perguntas no sentido de expressão de estado de ignorância mas questões como dispositivo estilístico, forma de fazer uma afirmação, de estabelecer uma posição crítica. Frequentemente, estas “questões” estendem-se por vários minutos, e neste tempo perguntas propriamente ditas vão sendo articuladas com narrativas, comentários, sugestões – e respostas. Quando viveiristas e mariscadores falam, interpelam os especialistas e as suas apresentações PowerPoint com relatos da experiência pessoal, histórias que comparam as variações dessa experiência ao longo do tempo, ou de diferentes contextos específicos de trabalho na Ria. Algumas frases soltas onde estão em jogo estas formas de relato, todas proferidas por viveiristas em encontros públicos com autoridades técnicas: “Há um terreno ali mesmo ao pé da sede do Parque onde há dez anos costumávamos jogar à bola, era um chão tão durinho, todo de areia [e portanto bom para a criação de amêijoas]. Agora? É tanto o lodo que se fica atascado até ao joelho!”. Ou: “Aquele banco natural [de moluscos] ao pé

de X? Agora não se pode lá andar descalço porque a água está a esquentar!”. Ou ainda: “Eu às vezes não quero falar muito sobre Olhão, porque eu sou natural de Olhão, moro em Olhão, mas a minha vida [i.e., onde tem os viveiros] é toda em Tavira, muitas vezes não sei que é que se passa em Olhão”. São constantemente trazidos à baila tópicos exteriores ao tópico em discussão; membros do público comentam ou desenvolvem intervenções de outros membros do público; contesta-se o debate em si, a sua organização e metodologia.

- Por que devem os mariscadores e viveiristas ser ouvidos? Porque têm “experiência”. A experiência do trabalho real constitui o principal fundamento retórico para pôr em causa as questões, hipóteses e conclusões dos peritos. Frequentemente, isto traduz-se no confronto dos protocolos e instrumentos usados nos estudos com processos e dispositivos *semelhantes* usados no quotidiano de trabalho. Um exemplo, de um caso que estou a acompanhar, a controvérsia em torno do estudo de impacto ambiental de uma arte ilegal usada para capturar berbigão. Uma das ferramentas usadas pelos responsáveis pelo estudo foram registos de capturas de bivalves efectuadas com mariscadores, propositadamente para esta avaliação. Ora, uma associação de produtores convidada a dar um parecer confronta precisamente esta experiência com as quantidades habituais medidas pelos registos contabilísticos dos associados. O dirigente da associação questiona a plausibilidade e validade do expediente usado pelos cientistas, a partir do seu conhecimento das contingências deste tipo de registos, no contexto real destas populações – incluindo as “fugas” à contabilidade oficial, as sub-declarações de produção. Contesta também o supervisionamento destas capturas experimentais feito por técnicos de laboratório, “que nunca foram ao mar”, revelando que foram conduzidos pelos mariscadores a sítios escolhidos pelas suas características ecológicas e “demográficas” particulares, onde qualquer pessoa experimentada sabe que se obterão determinados resultados. Em conversas informais, outros mariscadores e viveiristas opõem explicitamente metodologias controladas e reducionistas do estudo – termos meus, para

traduzir os comentários frequentes sobre “os senhores doutores mais os seus livros lá nos gabinetes” – a meios mais realistas, pragmáticos e complexos para avaliar a realidade. Mais uma vez, são termos meus que traduzem comentários como: “Nós é que sabemos porque nós é que estamos lá a trabalhar todos os dias.” Os profissionais costumam apontar para a sua “experiência” em sítios exactos da Ria, em períodos demarcados, com pessoas identificadas, com objectos naturais detalhados. Descrevem, ou reivindicam a fina avaliação e controlo visual, táctil, olfactivo sobre o habitat que o trabalho nos viveiros implica. E o que está aqui em causa é também a capacidade de avaliar e controlar outras entidades que fazem vida da Ria, que não são contempladas numa avaliação estrita, que descreve apenas a relação entre um aparelho e uma população de bivalves. A “falta de experiência” deixa também de fora muitos aspectos não estritamente técnicos, não estritamente biológicos.

- Entre os mariscadores e viveiristas da Ria Formosa, a “falta de experiência” não é neutra. Uma das linhas retóricas mais importantes neste contexto estabelece uma associação sistemática, inevitável, causal entre o silenciamento da “experiência”, a governação técnica “sem experiência” e a promoção de “interesses” políticos e económicos *particulares*. Volto ao exemplo anterior, com uma citação do parecer do sindicato do sector: “Sabe-se agora que um grupo de mariscadores, certamente adeptos da legalização da utilização da [arte ilegal], terá solicitado a sua legalização para a captura de berbigão na Ria Formosa, e que na sequência daquela solicitação por parte deste grupo de pressão a Secretaria de Estado das Pescas por sua vez solicitou ao [instituto de investigação em causa] uma informação sobre aquela solicitação. Face a isto, o [instituto] propôs-se levar a cabo, com a colaboração dos mariscadores, quais?, os interessados nesta matéria?, um estudo (...). Foi assim que [se realizou uma reunião] que para além de contar com a presença de investigadores daquele Instituto, técnicos da Direcção Regional das Pescas e Aquicultura do Sul, contou ainda e apenas com a participação única e exclusivamente dos mariscadores, estes parte interessadíssima neste assunto, tendo ficado de fora as organizações representativas dos profissionais do

sector do marisqueio, e o que é mais grave, também o P.N.R. Formosa.” Nos pareceres como este, encontra-se uma espécie de sociologia crítica do conhecimento, que denuncia a produção de uma ciência propositadamente parcial, incompleta e inexacta – de forma a satisfazer os interesses de algo ou alguém. Ocasionalmente, os cientistas, por falta de experiência no terreno real, são conduzidos por outras partes: experientes e também interessadas. Muitos dos pareceres deste estudo, feitos por colectivos de leigos que usam a Ria Formosa, “desmontam” o estudo expondo a sua parcialidade: os cientistas estudaram um “problema” definido por um “pequeno grupo” de mariscadores, que se tornaram simultaneamente os seus principais objectos, informantes e colaboradores, e chegaram mesmo a escolher o local para completar a pesquisa. Diz outro parecer, de outra associação: “Não podemos concordar com o estudo por não ter tido a nossa participação e termos conhecimento de que se poderia obter os mais variados resultados consoante os locais utilizados.”

5.

Concluirei. Parto aqui da ideia de que o conhecimento local é performado, e com isto quero dizer duas coisas:

- Não há nenhuma característica especial inerente ao “conhecimento local”. O “conhecimento local” não é mais “tácito”, “manual”, “contextual”, “informal”, ou o que seja, do que qualquer outro tipo “global” de conhecimento. Não há nada, *em princípio*, que distinga conhecimento local de, por exemplo, a ciência. Por vezes, no entanto, dados certos arranjos técnicos, sociais e políticos há conhecimentos que são, por assim dizer, mantidos no lugar.
- A forma, função, força e “localidade” de conhecimentos específicos são resultados da interferência de muitas acções e actores. O “conhecimento local” emerge par e passo com configurações políticas e ontológicas que por sua vez também ajuda a formar. Em vez de presumir à partida a existência do “conhecimento local”, vale a pena examinar os diferentes e por vezes inesperados repertórios de pessoas, materiais, organizações, práticas e

competências que são articulados e mobilizados, dando origem a formas concretas de “conhecimento local”.

Descrevi três formas como o conhecimento na Ria Formosa é circunscrito, demarcado, performado enquanto local. Primeiro, sugiro que o Parque Natural e demais entidades que administram a Ria Formosa mobilizam uma infra-estrutura material e burocrática que força ou, pelo menos, favorece a emergência de uma versão particular de conhecimento “local”, “tradicional”. Sugiro depois que na Ria Formosa se assiste à formação de uma espécie de “pesquisa ao ar livre”. Esta noção, cunhada por Michel Callon e colegas⁴, serve para dar conta da criação de espaços de conhecimento por populações leigas e entidades crucialmente “afectadas” por determinado problema. No espaço de investigação “ao ar livre” da Ria Formosa, é organizado um “colectivo de pesquisa” – ou seja, todo o aparato experimental, métodos, instrumentos, formas de prova, etc. – localmente relevante, que é posto a funcionar no mundo quotidiano do viveirismo. Os conhecimentos locais são reconfigurados como conhecimentos especializados, e os profissionais afectados pelos problemas em causa renascem como especialistas locais. Finalmente, refiro-me às fronteiras retóricas que separam o conhecimento local do resto. Na Ria Formosa, o “conhecimento local” é mais do que meramente praticado. Surge frequentemente “embrulhado” em representações explícitas sobre o que é o conhecimento local, em comparação com o que falta ao conhecimento técnico. É mediado por sugestivas narrativas sobre o seu valor e legitimidade – em conversas quotidianas, correspondências diversas, nos media locais, em manifestações públicas e documentos políticos, etc. Neste processo, o “conhecimento local” acaba por constituir um modelo de e para a acção, um mapa cultural que representa localizações específicas de integridade social.

Por agora, a única afirmação que gostaria de fazer é a seguinte: estes três modos de performance do conhecimento local não são três aspectos ou dimensões de um movimento estratégico para organizar ou governar a Ria Formosa e as suas gentes.

⁴ Callon, M.; Lascoumes, P. e Barthe, Y. (2001) *Agir dans un monde incertain: essai sur la démocratie technique*, Seuil.

Estas três performances não compõem necessariamente uma lógica única e coerente. São processos complexos, servem fins pragmáticos diferentes e possivelmente antagônicos. Até que ponto são criações paralelas ou conflituosas de um espaço cultural é uma questão empírica.